

História das instituições escolares indígenas: as escolas da reserva indígena de Dourados (MT) na primeira metade do século XX

Cristiane Pereira Peres¹ y Alessandra Cristina Furtado²

Resumo

163

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de criação e consolidação das escolas indígenas instaladas na primeira metade do século XX, a saber, a «escola da missão» (Escola Primária General Rondon), e a «escola do Posto» (Escola Francisco Ibiapina), pelos professores missionários na Reserva Indígena de Dourados (RID), no Sul de Mato Grosso, bem como investigar como era o ensino nestes estabelecimentos no período. Para tanto, foi necessário recorrer a uma bibliografia ligada à educação indígena, à história da educação, à história de Mato Grosso e, mais especificamente, à história de Dourados e região, entre outras. E, recorrer, também, as fontes de pesquisa, como os documentos oficiais do Posto Indígena Francisco Horta e da Missão Indígena Evangélica

Caiuá, disponíveis nos arquivos do Museu do Índio no Rio de Janeiro e no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. Neste trabalho, foi possível constatar que as escolas indígenas pesquisadas estiveram ligadas a Missão Caiuá, que tinha confissão protestante e buscava «civilizar», integrar e evangelizar as etnias indígenas por meio de estratégias escolares e religiosas que priorizaram um ensino que negava e desvalorizava a cultura indígena, impondo uma cultura não indígena como única e desenvolvida. Essas estratégias de escolarização foram justificadas por meio de argumentos coloniais, de que os indígenas eram atrasados e não praticavam a agricultura. Contudo, os indígenas, diante da política de «civilização», evangelização e integração do projeto de nacionalidade dos não indígenas, souberam a seu modo étnico e cultural, negar, assimilar e/ou participar das estratégias de escolarização utilizadas, afirmando a sua identidade, que sofreram transformações com as relações que foram sendo estabelecidas.

Palavras-chave

Escolas Indígenas, Reserva Indígena de Dourados, Missão Caiuá, protestantismo.

Abstract

This article aims to analyze the process of creation and consolidation of indigenous schools installed in the first half of the

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS. Contacto: [cristiapereira@hotmail.com].

² Universidade Federal da Grande Dourados. Contacto: [alessandra_furtad@yahoo.com.br].

20th century, namely the «mission school» (Rondon Primary School) and the «Escola do Posto» (Escola Francisco Ibiapina School), by missionary teachers in the Dourados Indigenous Reserve, in the south of Mato Grosso, as well as to investigate the teaching of these establishments in the period. To do so, it was necessary to resort to a bibliography related to indigenous education, to the history of education, to the history of Mato Grosso and, more specifically, to the history of Dourados and region, among others. Also, use the sources of research, such as the official documents of the Francisco Horta Indigenous Post and the Evangelical Indigenous Mission Caiuá, available in the archives of the Indio Museum in Rio de Janeiro and the Regional Documentation Center of the Federal University of Grande Dourados. In this study, it was possible to verify that the indigenous schools studied were linked to the Caiuá Mission, which had a Protestant denomination and sought to «civilize», integrate and evangelize the indigenous ethnicities through school and religious strategies that prioritized a teaching that denied and devalued the indigenous culture, imposing a non-indigenous culture as unique and developed. These schooling strategies were justified by colonial arguments that the Indians were backward and did not practice agriculture. However, in the face of the politics of «civilization», evangelization and integration of the non-indigenous nationality project, the indigenous people knew in their ethnic and cultural way how to deny, assimilate

and/or participate in the schooling strategies used, that underwent transformations with the relations that were being established.

Keywords

Indigenous Schools, Indigenous Reserve of Dourados, Mission Caiuá, Protestantism.

Introdução

Pesquisas sobre a história das instituições escolares vêm marcando presença significativa no campo de estudo da História da Educação, influenciadas pelas correntes historiográficas, oriundas da Escola Francesa, principalmente pela Nova História Cultural nas duas últimas décadas. O presente artigo emerge com o objetivo de desenvolver uma abordagem acerca da história das escolas indígenas. Para tanto, busca, inicialmente, analisar o processo de criação e consolidação da «escola da missão» (Escola Primária General Rondon), e da «escola do Posto» (Escola Francisco Ibiapina), instaladas pelos professores missionários na Reserva Indígena de Dourados, no Sul de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. E, num segundo momento, investigar como era o ensino nestes estabelecimentos no período. Esse recorte temporal remonta às origens dessas escolas indígenas, criadas entre as décadas de 1930 e 1940 em Dourados.

Há de se considerar aqui que, a influência da Nova História Cultural no campo de estudo da História da Educação, possibilitou que pesquisadores desta área passassem a se dedicar a outra proposta de estudo, isto é, uma proposta voltada a um pluralismo epistemológico e temático, capaz de privilegiar a investigação de objetos singulares, incluindo a história das instituições escolares, a história das disciplinas escolares, história do currículo, história da formação e da profissão docente, entre outras. No entendimento de Chagas de Carvalho (2007), «as questões lançadas pela chamada Nova História Cultural redesenharam as fronteiras e redefiniram os métodos e objetos da história da educação no Brasil» (p. 116).

No que se refere a história das instituições escolares, Pereira de Magalhães (1996) esclarece que foi somente nas últimas décadas que, na história da educação, a abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constituiu um domínio do conhecimento historiográfico em renovação. De acordo com o autor, essa renovação tem operado uma profunda alteração metodológica, uma vez que essa história passou a ser «construída da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória, intentando uma síntese multidimensional que traduza um itinerário pedagógico, uma identidade histórica, uma realidade em evolução, um projeto pedagógico» (Pereira de Magalhães, 1998: 61). Embora a história da educação tenha passado por renovações em seus temas, objetos, métodos e tal influência tenha refletido na produção da história da educação brasileira, no que concerne a história da educação escolar indígena e mais precisamente, a história das

instituições escolares indígenas, o que se observa na historiografia educacional brasileira é ainda poucos estudos acerca dessas escolas, em realidade, um campo aberto à pesquisa, o que acaba por demonstrar a relevância de um artigo como este que se propõe em investigar duas escolas indígenas, situadas em Dourados, no Sul de Mato Grosso, na primeira metade do século XX.

Para a análise proposta neste texto, foi necessário recorrer a uma bibliografia ligada à educação indígena, à história da educação, à história de Mato Grosso e, mais especificamente, à história de Dourados e região, entre outras. Neste estudo, foram, também, privilegiados como fontes de pesquisa, os documentos do Posto Indígena Francisco Horta e da Missão Evangélica Caiuá. Fontes essas encontradas no Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados, e nos arquivos do Museu do Índio do Rio de Janeiro. Entre os documentos aqui analisados, estão: relatórios escritos pelas professoras, provas e conteúdos trabalhados; relatórios e atas de reunião do Posto Indígena Francisco Horta e relatórios de atendimento e consumo de gêneros alimentícios e de higiene nas escolas.

Ao compartilharmos dos dizeres de Pereira de Magalhães (2004), de que a compreensão da existência histórica de uma instituição educativa, não é só pela sua integração na comunidade educativa, mas também pela sua contextualização no quadro de evolução de uma comunidade ou região, e ao sistematizar o seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade, confere, no seu entendimento, um

sentido histórico. O artigo foi estruturado em duas partes. A primeira aborda o cenário de Dourados, no que diz respeito à questão indígena. E, a segunda, trata da história das escolas indígenas, instaladas na Reserva Indígena de Dourados na primeira metade do século XX.

Dourados, a questão indígena e a Missão Caiuá

A Reserva Indígena de Dourados foi criada no ano de 1917 pelo Decreto nº 404 de 3 de setembro, com uma área de 3.539 hectares, sendo povoada pelas etnias Guaraní, Kaiowá e Terena. Nesse mesmo ano, passou a funcionar o Posto Indígena Francisco Horta, criado para atuar na Assistência, Nacionalização e Educação monitorada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (Lourenço, 2007). Importante salientar, que o estado de Mato Grosso do Sul apresenta a segunda maior população indígena do Brasil, e Dourados, com um contingente populacional com mais de 200.000 habitantes, conta com uma população indígena que transcende o quantitativo de 15.000 habitantes (Miqueletti e Lourenço, 2014).

Quanto as etnias em estudo, ainda que sem ser exaustiva a descrição étnica e cultural, é importante apresentá-las. Os Guaraní constituem um dos povos indígenas de maior presença territorial no continente americano, seus territórios abrangem parte dos países da Argentina, Bolívia, Brasil e do Paraguai. No Brasil, os Guaraní estão presentes nos estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Tocantins (TO), Pará (PA), Maranhão (MA), Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC),

Paraná (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES). Suas terras são preparadas para o cultivo agrícola, base de sua alimentação. No que tange a questão religiosa, possuem como Deus supremo, um Pai, um Grande Pai, um Avô grande primeiro e último (EMGC, 2016).

A etnia Kaiowá, ocupa módicas porções de terras situadas em uma faixa de terra com extensão de 150 quilômetros de cada lado da região de fronteira do Brasil com o Paraguai. São agricultores de tradição de floresta tropical, praticam a caça como principal fonte de proteína, e a pesca e a coleta, como atividades subsidiárias. Em seus módulos organizacionais, «o pertencimento a um fogo³ é a pré-condição para a existência humana na sociedade Kaiowá» (Pereira, 2016: 37).

Pereira registra que, «os Terena constituem o segundo contingente populacional indígena em Mato Grosso do Sul, vivendo em aldeias demarcadas pelo SPI nas primeiras três décadas do século XX, situadas em vários municípios da bacia do alto pantanal» (2009: 24). Como nas regiões que compreende «os municípios de Miranda, Aquidauana, Nioaque, Sidrolândia, Dois irmãos do Buriti, Dourados, Campo Grande, como também em São Paulo e Mato Grosso» (Moura; Acçolini, 2015:

³ O fogo doméstico –che pykykuera, «é como os kaiowá se refere ao grupo de parentes próximos, reunidos em torno de um fogo doméstico, onde são preparadas as refeições consumidas pelos seus integrantes» (Pereira, 2016: 37). «O fogo prepara os alimentos, protege contra o frio e em torno dele as pessoas costumam se reunir para tomar mate ao amanhecer e ao anoitecer. [...] reúne idealmente um homem, sua esposa, seus filhos e filhas solteiros» (Pereira, 2016: 24).

250). Os Terena são cultivadores, e no artesanato, se destacam na produção de objetos de cerâmica.

Na RID, os contatos dos missionários com as etnias supracitadas, ocorreram após 1928 com a fundação da Missão Evangélica Caiuá (MEC), mantendo contatos principalmente com os indígenas das etnias Guarani e Kaiowá. Em Dourados, os primeiros grupos de missionários chegaram em abril de 1929, constituídos por presbiterianos e metodistas (Gonçalves y Lourenço, 2015). Nessa localidade, pode-se dizer que os indígenas foram o principal motivador, ou melhor, «atrativo» para o estabelecimento desses missionários nessa região. Acrescenta-se a isso, ainda, a questão das matas virgens, as terras abundantes e férteis, que acabaram por atrair não somente migrantes, em busca de melhores condições de vida, mas também os primeiros religiosos protestantes para atuarem de forma sistemática na região (Gonçalves e Lourenço, 2015). No entendimento desse autor, Dourados foi escolhido como lugar estratégico para o estabelecimento do trabalho missionário, porque

[...] a missão protestante levou em conta também a posição geográfica do local. Nos textos enviados aos periódicos protestantes, desde os primeiros anos, há menção ao desejo de levar a pregação do Evangelho a outras localidades e aldeias. O Distrito de Dourados funcionaria, assim, como um ponto de irradiação do protestantismo para todo o Sul do antigo Mato Grosso (Gonçalves, 2011: 240).

Nesse período, Dourados ainda era um distrito de Ponta Porã, pela Lei nº 658, de 15 de junho de 1914, de acordo com o quadro de apuração do recenseamento geral de I-IX-1920, uma vez que foi elevado à categoria de Município somente em 1935, mediante ao Decreto nº 30, de 20 de dezembro do mesmo ano, durante o governo estadual de Mário Corrêa da Costa. A fundação da Colônia Militar de Dourados, sob o comando de Antônio João Ribeiro, ocorreu em 10 de maio de 1861. Com a deflagração da Guerra do Paraguai (1864-1870), os ex-combatentes da invasão paraguaia acabaram permanecendo na região. Apesar disso, foi somente no final do século XIX e início do XX, com a chegada de migrantes originárias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, que as terras da região de Dourados «passaram a ser exploradas mediante extração da erva-mate nativa e pecuária extensiva» (Santana Júnior, 2009: 92).

Há de se considerar que foi, sobretudo, com a exploração da erva-mate nativa pela Companhia Mate Laranjeira S/A, que, de 1882 a 1924, deteve o monopólio da exploração dos ervais nativos em toda a região, que o desenvolvimento regional foi impulsionado na localidade de Dourados. A extração da erva-mate era, portanto, o negócio mais lucrativo do Sul do Estado de Mato Grosso, pois já tinha um mercado consumidor seguro. Nesse período, a esse desenvolvimento regional acrescenta-se o crescimento da cultura pastoril e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Queiroz, 2009).

Mesmo que o interesse inicial dos missionários fosse unicamente a catequese indígena, não deixaram de manter

contato com a população não indígena local. Desse modo, a atuação protestante em Dourados pode ser estudada sob duas perspectivas, uma vez que a ação missionária entre a população dita urbana deu-se de maneira diferente da exercida entre os indígenas. É oportuno esclarecer aqui que, outras experiências missionárias com povos indígenas ocorreram em diferentes regiões e períodos no Brasil. A esse respeito temos, as missões jesuíticas no Itatim (Chamorro *et al.*, 2015); as missões de Chiquitos (Charupá, 2015); as missões pentecostais na Reserva Indígena de Dourados (Pereira; Chamorro, 2015); as missões jesuíticas do Guairá e do Tape (Quevedo, 1996); o projeto missionário jesuítico imposto aos Guarani provenientes dos Sete Povos da Missão (Langer, 2005), entre outros.

No caso dos contatos estabelecidos entre os missionários e os indígenas da RID, em abril de 1929, pode-se dizer que uma equipe missionária estabeleceu-se e pôs em andamento um conjunto de ações referentes à instalação e organização da Missão Caiuá, estabelecendo «os primeiros contatos com as comunidades indígenas e a população não-índia do lugar» (Gonçalves, 2009: 151). Entretanto, Gonçalves (2009) assinala que «a instalação da Missão entre os índios Caiuá de Dourados foi precedida de viagens exploratórias ao Sul de Mato Grosso pelos missionários Maxwell e Nelson de Araújo» (p. 150), em maio de 1928. De acordo com Gonçalves e Possadagua (2012):

A instalação definitiva da Missão Caiuá, contígua geográfica e ideologicamente à Reserva Indígena de Dourados (criada em 1915), ocorreu nos meses de abril e maio de 1929, com a chegada da primeira equipe de

missionários, composta de cinco adultos e uma criança, ao então Sul de Mato Grosso.

Contudo, pode-se dizer que, nas origens da Missão Caiuá houve a participação de diferentes ramos do protestantismo histórico. Essa Missão foi um dos projetos protestantes mais importantes do sul do estado e foi originário da «Associação Evangélica de Catequese aos Índios do Brasil, fundada em São Paulo em agosto de 1928», uma iniciativa nacional considerada «a primeira empresa missionária criada e conduzida por igrejas protestantes brasileiras com o fim de cristianizar povos indígenas, especialmente, os Guarani» (Gonçalves e Possadagua, 2012: 49).

O projeto de evangelização protestante para Dourados, além das visitas, cultos esporádicos e as chamadas escolas dominicais, desenvolvidas desde os primeiros dias da instalação na localidade, pôde contar, também, na década de 1930, com a fundação do templo evangélico, em 1936, e com a criação da Escola Evangélica Erasmo Braga, em 1939. E, na década de 1940, com a instalação do Hospital Evangélico, em 1946.

Portanto, com as diversas frentes de ocupação do Sul de Mato Grosso pelos não indígenas em busca da exploração e monopólio da erva-mate, assim como pela ocupação dos territórios pela política de «nacionalização», industrialização e colonização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) em 1943, os indígenas foram sendo expulsos dos seus *tekohá*, e levados para a Reserva, onde passaram a receber instruções pedagógicas voltadas inicialmente a conversão

religiosa e posterior ao ensino da civilidade, do patriotismo e das técnicas do trabalho agrícola.

História das escolas indígenas da Reserva de Dourados: Missão Caiuá, um ensino entre práticas e representações

A Missão Evangélica Caiuá em trabalho com o SPI, buscou por meio do ensino repassado na «escola da missão» (Escola Primária General Rondon), e na «escola do posto» (Escola Francisco Ibiapina), «integrar», «civilizar» e tornar cristãos os indígenas. O processo de escolarização teve início entre os anos 1929 e 1930 por meio da alfabetização de adultos via a cristianização, através de cultos e aulas dominicais. Os missionários buscaram então via estratégias escolares evangelizar e «civilizar» os Guarani, Kaiowá e também os Terena (Lourenço, 2007).

As estratégias de escolarização iniciadas nas escolas indígenas no final da década de 1920 foram repassadas com valores das camadas dominantes que por interesses particulares organizaram uma forma de ensino fragmentada e totalitária, que continuava a excluir os sujeitos que não pertenciam às elites dominantes por meio de um ensino que tinha em suas práticas o monopólio cultural (Romanelli, 2014).

Nesse sentido, após 1930, o ensino cristão pode ser verificado nas atividades escolares que eram trabalhadas com as crianças indígenas. Como a avaliação realizada na Escola Francisco Ibiapina com os alunos do 1º ano B. Em que foi trabalhado por meio da caligrafia a seguinte frase: «Deus me

guia a felicidade»⁴. Essa frase evidencia que o ensino nessa escola tinha como objetivo converter os indígenas ao cristianismo, refutando a religiosidade dos alunos indígenas.

Para os missionários, a presença da Missão Caiuá na Reserva, tiraria os indígenas da selvageria e os tornariam sujeitos civilizados, e com aptidões para o trabalho. Para isso, seria então necessário que eles aderissem aos novos costumes e passassem a praticar novos hábitos quanto ao trabalho, saúde e religiosidade (Alves de Carvalho, 2004). Afirmava-se a efetividade do projeto escolar indigenista. Que se manteve por intermédio do ensino do evangelho, com estratégias de aniquilar a cultura das etnias indígenas, com justificativas coloniais de selvageria, atraso, e de praticarem atos demoníacos.

Essa imagem errônea, equivocada e estereotipada das etnias era sustentada nos conteúdos ministrados aos próprios indígenas. Entre os conteúdos de História do Brasil ministrados no 2º ano do ensino primário, pode-se observar no quadro:

Quadro 1: Conteúdos de História do Brasil ministrados no 2º ano Primário

O descobrimento do Brasil
Os selvagens
As principais datas do Brasil
A escravidão
Independência do Brasil
Proclamação da República

⁴ Escola Francisco Ibiapina. Provas Parciais de Português do 2º Semestre do ano de 1966. Filme 6, planilhas 82 a 90. Museu do Índio.

Fonte: Relatório Educacional do Posto Indígena Francisco Horta do 2º Semestre de 1960/Escola Indígena Francisco Horta. Filme 6, planilhas 82 a 90. Museu do Índio.

170

Esse quadro permite entrever que a negação étnica e cultural fazia parte do currículo e das estratégias de escolarização dessas escolas, pois, os conteúdos deixam evidente, que essas instituições buscavam inserir os indígenas nas práticas sociais, culturais e de trabalho dos não indígenas. Como se pode observar, o único conteúdo que estava ligado aos indígenas, ao que parece, era o segundo, relacionado aos selvagens. Isso acabava por afirmar no ensino repassado nas escolas indígenas a «incivilidade» entre os mesmos, e a necessidade de os tornarem sujeitos «civilizados». Ao que tudo indica, dessa forma, foram sendo construídas representações sobre os povos indígenas que não os representavam, de fato, portanto, os estudos precisam acerca da história dessas escolas, problematizar as estratégias de escolarização utilizadas pelos missionários, permitindo reflexões que trabalhe o «discurso histórico como uma representação e uma explicação adequada da realidade que aconteceu» (Chartier, 2011: 25).

Entre os conteúdos ministrados sobre a História do Brasil, o ensino sobre os *selvagens*, corrobora com a política missionária de «civilizar», evangelizar e integrar os indígenas a sociedade não indígena. Logo, a nomenclatura é pensada e

articulada a negar a identidade étnica e cultural das etnias da Reserva.

Outras representações que foram construídas sobre as etnias indígenas podem ser analisadas também, com base em uma aula ministrada na Escola Dominical na Missão Indígena Evangélica Caiuá. A professora Loide, nessa escola, em um dos encontros ensinou sobre o sol, e «contou que fora Deus quem o fizera. Que além de o sol iluminar a terra, dá saúde as pessoas, aos animais e as plantas» (Viana, 1976: 121). Entretanto, no local, havia uma indígena Kaiowá que se manifestou dizendo:

—Tudo que ela fala é mentira! Isso é estória de branco! O sol é nosso Deus, foi ele quem fez tudo. Ninguém fez o sol, ninguém pode! Venham, dancem comigo e vocês vão vencer esta mulher branca com o espírito! Eu tenho o espírito! Escutem a minha voz, sou eu que falo a verdade! (Viana, 1976: 121).

Conforme a autora, a indígena Kaiowá estava com tanta fúria que parecia estar endemoninhada (Viana, 1976). Tal relato permite compreender que até mesmo a leitura realizada nessas escolas, como uma prática educativa, acabou fazendo uso de violência cultural, muitas vezes, ignorando todas as crenças, costumes e tradições culturais dos indígenas Guarani, Kaiowá e Terena, impondo o cristianismo, associando às crenças indígenas a atos demoníacos. Isso acaba por evidenciar, conforme Vidal (2005), que «como práticas culturais, as representações sociais são sempre históricas e constantemente objeto de disputas entre os diferentes grupos da sociedade» (p. 13).

É notório que por meio da educação escolar, tanto o Serviço de Proteção aos Índios, quanto a Missão Evangélica Caiuá, desenvolveram um trabalho de assimilação e integração dos indígenas ao ideal de nacionalidade defendido pelos missionários, e que atendia as necessidades sociais e econômicas dos não indígenas. Nas escolas indígenas em estudo, esse projeto foi mantido com o objetivo maior de tirar os indígenas da «incivilidade» tornando-os sujeitos «civilizados», cívicos e aptos aos trabalhos agrícolas, contribuindo assim com o desenvolvimento social do Estado. Esse trabalho desenvolvido nas escolas indígenas da Reserva Indígena de Dourados permite reafirmar os dizeres de Pereira de Magalhães (2004), de que, «a educação/instituição traduz toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social» (p. 15).

Assim, é necessário compreender que as relações que foram estabelecidas nesse período, nessas escolas entre indígenas e missionários, ocorreram ante as ações de apropriações e desapropriações dos indígenas das condições que estavam sendo impostas pelos membros da Igreja Presbiteriana. Afinal, como apontam Miqueletti e Lourenço (2014), «a escola indígena é o resultado de enfrentamentos, entre os indígenas e os não indígenas, [...] em busca do respeito à interculturalidade, ao multiculturalismo e à etnicidade» (p. 167).

Assim, diante de todos os conflitos culturais, étnicos, religiosos, educacionais e escolares, os indígenas foram

construindo sua identidade étnica e cultural, visto que, a identidade é afirmada com base nas referências culturais presentes em um processo dinâmico, no qual o sujeito passa por momentos de conflitos, alianças e individualização.

A educação escolar desenvolvida pelo Serviço de Proteção aos Índios e pela Missão Caiuá, realizou um trabalho de assimilação e integração dos indígenas ao ideal de nacionalidade defendido pelos missionários, consequência de todo um processo aristocrático pelo qual passou a educação, pois as práticas educativas estavam imbricadas a um lugar, a culturas diversas, a políticas sociais e econômicas, a práticas religiosas, a línguas diferentes, que convergem em ensinamentos que são aceitos, negados, e/ou assimilados por aqueles que recebem. Assim, esses espaços escolares indígenas permitiram compreender por meio das práticas, os valores de um grupo social sobre o outro, de forma a estabelecer transformações no modo de vida dos sujeitos tidos como inferiores ao estágio social não indígena.

Há de se considerar que essas práticas buscavam transformar os indígenas em sujeitos cívicos, como é possível notar nas comemorações que eram realizadas no dia 19 de abril. No ano de 1960, por exemplo, em um relatório escrito pelo agente do Posto Indígena Francisco Horta endereçado ao chefe da 5ª Inspeção Regional, é informado que «na escola no dia do índio foi astiado a bandeira e cantado o hino nacional pelos

alunos, feito uma explanação alusivo à data».⁵ Após cinco anos, mais precisamente em 1965, também é notória a continuidade na formação do cidadão patriota, em agosto, a «escola do Posto» se encontrava «em preparativos para o Dia da Pátria».⁶ Certamente, essas formas de comemorações acabam por comprovar as estratégias de escolarização ocorridas nas instituições de ensino indígenas, que priorizavam a construção do civismo entre os alunos indígenas e seus familiares.

Vale a pena lembrar que, nesse período, o Brasil vivenciava a Ditadura Militar, e priorizava um ensino cívico e normativo na formação dos cidadãos indígenas e não indígenas. Visando disciplinar mentes por meio de um ensino técnico, voltado a produção para o desenvolvimento econômico do país e a integração da sociedade por intermédio da valorização do trabalho.

Assim, o ensino obrigatório das técnicas agrícolas não indígenas, foi imposto aos alunos e seus familiares mediante as estratégias de escolarização bastante notórias na década de 1960, que corrobora com o valor do trabalho não indígena disseminado na política antidemocrática da ditadura militar do Brasil.

No ensino sobre a produção agrícola, os alunos contribuíam com os ingredientes da merenda escolar. A cada

dez dias era oferecido aos alunos uma sopa leguminosa, «composta de carne de galinha ou de vaca, cuja sopa é muito apreciada pelos mesmos que trazem de suas lavouras couve, vagens, mandioca para ajudar no complemento da sopa escolar»⁷.

Ao recorrer a documentação, foi possível identificar que o ensino voltado à produção agrícola, distanciou alguns alunos indígenas dos seus familiares. Como ocorreu em fevereiro de 1964,

[...] o Posto conseguiu por intermédio de pessoas amigas, internar dois alunos indígenas na Escola de Iniciação Agrícola de Presidente Prudente, no estado de São Paulo [...] tendo se fornecido algumas roupas de cama e a passagem até o local da Escola, cujo curso tem a duração de dois anos e é gratuito.⁸

O intercâmbio realizado entre a «escola do Posto» e a escola Agrícola de Presidente Prudente, evidencia uma valorização do aprendizado agrícola que não atendia as necessidades dos indígenas, e não fazia parte das tradições familiares e culturais das etnias. Os indígenas não possuíam em sua tradição o distanciamento familiar dos filhos em busca de formações escolares.

⁵ Relatório Educacional do Posto Indígena Francisco Horta do 1º Semestre de 1960/Escola Indígena Francisco Horta. Filme 6, planilhas 82 a 90. Museu do Índio.

⁶ Relatório do Posto Indígena Francisco Horta, 25 de agosto de 1965. Filme 7. Museu do Índio.

⁷ Relatório do Posto Indígena Francisco Horta, 9 de agosto de 1964. Filme 6, planilhas 82 a 90. Museu do Índio.

⁸ Relatório do Posto Indígena Francisco Horta, 25 de fevereiro de 1964. Filme 7. Museu do Índio.

A relação estabelecida entre a produção agrícola, os alunos e a escola, demonstra um ensino que inculcava nos alunos indígenas a importância do trabalho agrícola na alimentação por meio da cultura do não indígena. Incentivando entre os alunos e familiares, a produção agrícola que visava o lucro, e não atendia o processo cultural do plantio para sobrevivência das etnias. O ensino agrícola fazia parte da política do período militar que valorizava o ensino tecnicista, voltado exclusivamente ao aumento da mão de obra. Assim, para os não indígenas, era preciso ensinar os indígenas a serem trabalhadores e tirá-los da vida «ociosa» que levavam na Reserva.

Em linhas gerais, pode-se dizer que, a atuação dos missionários na Reserva Indígena de Dourados, buscou tornar os indígenas em trabalhadores «civilizados», cívicos e cristãos, uma vez que os missionários adotaram estratégias de escolarização que valorizava a cultura não indígena e negava por diversas formas a cultura e identidade das etnias Guarani, Kaiowá e Terena. Desse modo, o ensino voltado aos indígenas da Reserva, provocou mudanças sociais, culturais, religiosas e econômicas no modo de vida das etnias aqui mencionadas. No entanto, é preciso salientar que tais mudanças ocorreram por meio das resistências, perdas, assimilações e participações dos indígenas em todo o processo de escolarização. Os mesmos não podem ser vistos meramente como vítimas, posto que, diante dos conflitos interétnicos, foram e são sujeitos da sua própria história.

Considerações finais

Ao longo deste artigo foi possível verificar que o processo de criação e consolidação das escolas indígenas da Reserva Indígena de Dourados, a saber, a «escola da missão» (Escola Primária General Rondon), e a «escola do Posto» (Escola Francisco Ibiapina), instaladas por professores missionários estiveram relacionadas à Missão Caiuá. Missão essa de origem protestante que buscava nessas escolas «civilizar», integrar e evangelizar as etnias indígenas por meio de estratégias escolares e religiosas que priorizaram um ensino que negava e desvalorizava a cultura indígena, impondo uma cultura não indígena como única e desenvolvida.

Foi ainda possível observar que, o trabalho escolar desenvolvido nas escolas indígenas da Reserva de Dourados foi mediatizados por uma política colonialista em tornar os indígenas «civilizados» e cívicos, aptos a conviverem com a sociedade nacional e contribuírem com o trabalho agrícola. Negando e desvalorizando a cultura indígena presente na religião, alimentação, vestimenta, práticas de cura, nos ensinamentos passados de geração em geração, entre outros.

A atuação da Missão Caiuá ocorreu com os indígenas que foram sendo expulsos do seu *tekohá* e passaram a povoar a Reserva. Com a criação das escolas indígenas, via as estratégias de escolarização que priorizava o repasse do evangelho e a formação de sujeitos aptos ao trabalho não indígena, a Missão Caiuá foi atuando na Reserva com o objetivo de formar uma nova comunidade indígena, que se distanciasse dos seus costumes e passasse a integrar a sociedade não indígena.

Contudo, os indígenas a seu modo, resistiram a essa violência cultural, fosse recusando a política da Missão, ou levando seus filhos à escola, pois, as relações de proximidade com os não indígenas também devem ser analisadas como formas de resistência física e cultural. Pelas quais transformaram e ainda transformam, o que é imposto pelos não indígenas.

Deste modo, os contatos mantidos entre os indígenas e os missionários, provocaram mudanças culturais no modo de viver das etnias da Reserva. No entanto, negando, assimilando e/ou participando das práticas de ensino e de trabalho impostas pela Missão Caiuá, os indígenas foram afirmando sua identidade étnica e cultural. Essa afirmação ocorreu com as transformações culturais vivenciadas pelos indígenas, por intermédio das relações mantidas com os não indígenas, e as etnias diversas.

Recibido: 8 de noviembre de 2017

Aceptado: 9 de abril de 2018

Referências

- Alves de Carvalho, R. (2004). “A missão evangélica Caiuá: instalação e organização”. In *Revista de Educação do Cogeime*, ano 13, número 25, dezembro.
- (2004). *Os Missionários Metodistas na Região de Dourados e a Educação Indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928-1944)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), São Paulo.
- Chagas de Carvalho, M. (2007). “Manuais de pedagogia, materialidade do impresso e circulação de modelos pedagógicos no Brasil”. In *Revista Colombiana de Educación*, número 52, enero-junio. Bogotá/Colombia, pp.114-135.
- Chamorro, G. et al. (2015). “Missões jesuíticas no Itatim”. In Chamorro, G. e Combés, I. (orgs.). *Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais*. Dourados: UFGD.
- Chartier, R. (2011). “Defesa e Ilustração da Noção de Representação”. In *Fronteiras: Revista de História/Universidade federal da Grande Dourados*.

Dourados, volume 13, número 24, pp. 15-29, julho/dezembro.

Charupá, R. T. (2015). “Missões de Chiquitos e povos indígenas de Mato Grosso do Sul”. In Chamorro, Graciela e Combès, I. (orgs.). *Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais*. Dourados: UFGD.

EMGC (Equipe Mapa Guarani Continental). (2016). *Caderno Mapa Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai*. Campo Grande, MS: Cimi.

Gonçalves, C. B. (2009). *O Movimento ecumênico Protestante no Brasil e a Implantação da Missão Caiuá em Dourados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados.

Gonçalves, C. B. e Possadagua, L. (2012). “Missão Evangélica Caiuá: 82 anos de uma história entre os Guarani”. In *Revista Índio*, ano 2, número 2.

Gonçalves, C. B. e Lourenço, R. (2015). “Missão Evangélica Caiuá: Um Ideário de Fé e “Civilização” nos Confins de Mato Grosso (1929-1970)”. In Chamorro, G. e Combès, I. (orgs.). *Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais*. Dourados: UFGD.

Langer, P. (2005). *Os guarani-missioneiros e o colonialismo luso no Brasil Meridional: projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor.

Lourenço, R. (2007). *O Serviço de Proteção aos Índios e o Estabelecimento de uma Política Indigenista Republicana Junto aos Índios da Reserva de Dourados e Panambizinho na Área da Educação Escolar (1929 a 1968)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo.

Miqueletti, E. e Lourenço, R. (2014). “A criação de uma escola indígena: relações interculturais e identitárias”. In *Revista Unesp de São Paulo*, volume 10, número 2, pp. 165-191, julho-dezembro.

Moura, N. e Acçolini, G. (2015). “Os Terena em Mato Grosso do Sul”. In Chamorro, G. e Combès, I. (orgs.). *Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD.

Pereira, L. (2016). “O território e a organização social Kaiowá: inter-relações entre séries sociológicas e séries cosmológicas”. In Urquiza, A. (org.). *Antropologia e*

História dos Povos Indígenas em Mato grosso do Sul. Campo Grande, MS: Ed. UFMS.

- (2016). *Os Kaiowá em mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado.* Dourados, MS: Ed. UFGD.
 - (2009). *Os Terena de Buriti: as formas organizacionais, territorialização da identidade étnica.* Dourados, MS: Ed. UFGD.
- Pereira, L. e Chamorro, G. (2015). “Missões pentecostais na Reserva Indígena de Dourados - RID: origens, expansão e sentidos da conversão”. In Chamorro, G. e Combès, I. (org.). *Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.* Dourados, MS: Ed. UFGD.
- Pereira de Magalhães, J. (1996). *Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo.* Braga (Portugal): Universidade do Minho.
- (1998). “Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas”. In Pereira de Sousa, C. e Catani, D. (org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.* São Paulo: Escrituras Editora.

— (2004). *Tecendo Nexos: História das instituições Educativas.* Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco.

Queiroz, P. (2009). “Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)”. In Lamoso, L. P. (org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul.* Dourados: Ed. UFGD.

Quevedo, J. (1996). *A guerra guaranítica.* São Paulo: Ática.

Romanelli, O. (2014). *História da Educação no Brasil (1930-1973).* 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Santana Júnior, J. (2009). “Formação territorial da região da grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva”. In *Geografia*, janeiro-junho, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em [<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2367>]. Acesso em 4 novembro de 2017.

Viana, J. (1972). *Por Trás da Cortina Verde.* São Paulo: Imprensa Metodista.

Vidal, D. (2005). “Cultura e Prática Escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares”. In Fátima de Souza, R. e Valdemarin, V. (orgs.). *A Cultura Escolar em*

Debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados.

Documentos

177

Relatório Educacional do 2º Semestre de 1960 da Escola Indígena Francisco Horta. Filme 6, planilhas 82 a 90. Museu do Índio.

Escola Francisco Ibiapina. Provas Parciais de Português do 2º Semestre do ano de 1966. Filme 6, planilhas 82 a 90. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Francisco Horta, 25 de agosto de 1965. Filme 7. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Francisco Horta, 9 de agosto de 1964. Filme 6, planilhas 82 a 90. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Francisco Horta, 25 de fevereiro de 1964. Filme 7. Museu do Índio.